

Editorial: O campo de públicas e a transição socioeconômica em face da crise climática

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17410303>

Carolina Andion¹

Universidade do Estado de Santa Catarina
ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4723-3437>
E-mail: andion.esag@gmail.com

Edonilce da Rocha Barros²

Universidade do Estado da Bahia
ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7649-1078>
E-mail: ebarros@uneb.br

Ricardo Carneiro³

Escola de Governo/Fundação João Pinheiro
ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4674-7639>
E-mail: ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br

Ao longo das últimas décadas, as mudanças climáticas avançaram exponencialmente para conformar, atualmente, uma crise de dimensões incomensuráveis para a humanidade. A apropriação da natureza pelo capital como fonte de recursos, acessados a baixos custos ou de forma livre, e escoadouro para os resíduos, rejeitos e assemelhados da produção e do consumo (Fraser, 2024) forjou um cenário de degradação ambiental em que se avolumam problemas como o declínio acelerado da biodiversidade, a agudização dos eventos climáticos, seja por ondas de calor ou chuvas intensas, além de períodos de seca em áreas já propensas à escassez de água, dentre outros que vêm afetando constantemente diversos aspectos da vida humana. Diagnosticado como um problema complexo, interdisciplinar, multifatorial e transgeracional, o fenômeno tem provocado o acirramento das tensões e dos conflitos em torno dos recursos naturais e seus usos, com

¹ Professora do Departamento de Administração Pública e do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração da Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed), ambas na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6428943613906472>.

² Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas, Campus III. Coordena o Programa em Rede de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5171481648034107>.

³ Doutor em Ciências Humanas –Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pesquisador e Professor do Programa de Mestrado em Administração Pública na Fundação João Pinheiro. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6739881018308220>.

desdobramentos como o aprofundamento das desigualdades sociais e os deslocamentos humanos forçados, que acometem desproporcionalmente populações caracterizadas por condições de vulnerabilidade, desvestidas de condições materiais e políticas efetivas na defesa de seus interesses e direitos.

Nesse cenário, as mudanças climáticas revelam-se uma questão política-institucional não só de enfrentamento urgente, mas também de difícil resolução para os governos, os mercados e a sociedade civil em escala global. Apesar da assinatura de acordos internacionais e da realização de diversas conferências sobre o clima, culminando na recente 30ª Conferência das Partes (COP30) das Nações Unidas, realizada em 2025, no Brasil, que terminou sem um acordo claro de eliminação das emissões de combustíveis fósseis; assim, a humanidade está longe de encontrar as vias concretas para evitar a elevação da temperatura em curso no planeta e reverter as previsões trágicas sobre seus múltiplos efeitos descritos em documentos como os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Os últimos relatórios demonstram que as emissões globais de gases de efeito estufa continuam a aumentar historicamente e de maneira sistemática, com contribuições desiguais decorrentes dos usos insustentáveis de energia, do uso da terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e produção entre países, regiões e indivíduos (IPCC, 2023). O aumento das ações de mitigação não foi suficiente para evitar que o aquecimento global aumente de 1,5 a 2,0 graus centígrados no século XXI e os raros acordos obtidos são precários diante da urgência climática. Com isso, observa-se uma progressiva perda de resiliência ecossistêmica e um aumento acelerado de imprevisibilidade (Berkes; Folke, 2000), com impactos em múltiplas dimensões da vida no planeta tais como na disponibilidade de água e segurança alimentar, na saúde e no bem-estar, nos deslocamentos e nas migrações e na biodiversidade. Tais processos são ainda mais desafiadores nos países do Sul Global, como o Brasil, os quais têm tido muitas dificuldades financeiras e institucionais de fazer face a esses efeitos.

As ações com vistas ao enfrentamento desses problemas robustos e multidimensionais, sejam elas de caráter mitigatório, focadas na redução da emissão de gases de efeito estufa, sejam de caráter adaptativo, direcionadas a lidar com os impactos socioambientais já observáveis e os futuros, têm se revelado claramente insatisfatórias. Observa-se então um grande *gap* entre as declarações e normas, muitas delas não cumpridas, e as ações concretas colocadas em prática em âmbito local (Bulkeley, 2010), como vimos inclusive

nas negociações oficiais da COP30, que geraram grande frustração expressa por muitos dos seus participantes. Soma-se a isso a ampliação do negacionismo climático, o qual dificulta muitas vezes que essas questões sejam tomadas como centrais no debate e na ação públicos, tornando ainda mais difícil a coprodução de respostas e soluções eficazes e efetivas para uma nova ordem social e ambientalmente sustentável.

O quadro que se delineia, portanto, nada tem de trivial e vai além de uma crise, no sentido tradicional, apontando para uma confluência de processos críticos, uma “hipercriticidade” – como bem define Francis Chateauraynaud na entrevista dada para este dossiê. Tudo isso exige pensarmos e colocarmos em prática mudanças para além das interações sociais, incluindo as transações com os meios de vida, tomando a natureza como sujeito de direito, não apenas como estoque de recursos, e superando a clivagem clássica entre experiência e natureza, já que somos seres na e da natureza (Dewey, 2012).

Diante desse quadro, alguns debates se tornam centrais como a questão da governança climática em âmbito global e também local (Burkeley, 2010), bem como a governança dos bens comuns e seus diversos regimes, para além da simples privatização dos recursos naturais, incluindo desde a análise institucional (Ostrom, 1990), passando por uma perspectiva coevolutiva e produtora de uma governança adaptativa (Berkes; Folke, 2000; Folke; Hahn; Olsson *et al*, 2005; Armitage *et al*, 2009), até chegar na discussão mais recente dos Comuns (Dardot; Laval, 2017). Trata-se também de considerar os diferentes arranjos, interações socioestatais e as ecologias políticas, institucionais e ecossistêmicas, além das ações coletivas e públicas que incidem sobre os territórios. Ressalta-se aqui a importância da compreensão da interação entre os ecossistemas de inovações sociais e as políticas e arenas públicas e seus efeitos na ampliação da democracia e na promoção de novas interações, padrões de produção e consumo e transações com os meios de vida (Andion, 2023).

A discussão envolve também a concepção de uma ciência interdisciplinar e engajada, aberta para novas epistemologias, metodologias e axiologias que promova experimentações, teorizações e práticas passíveis de produzir respostas aos desafios colocados do local ao global. Diante disto, consideramos que o Campo de Públicas enquanto movimento científico, técnico e político interdisciplinar que visa promover o interesse público no Brasil tem um papel central na coprodução de conhecimento e de novas práticas sociais para a transição socioecológica (Van Neste; Melé; Larrue, 2024).

Toda essa diversidade de perspectivas e abordagens face às mudanças climáticas, bem como as potencialidades e as possibilidades de lidar com os desafios impostos por sua ocorrência, comparecem neste dossiê da Revista Campo de Públicas: conexões e experiências. Intitulado *O campo de públicas e a transição socioecológica em face da crise climática*, o dossiê é composto por duas entrevistas com pesquisadores de reconhecido renome na área e por quatorze artigos, dos quais três são de autores convidados e onze de autores aprovados no âmbito da chamada pública, a partir do processo de revisão por pares. A coletânea reúne trabalhos que exploram distintas dimensões analíticas do fenômeno em questão, formando um rico painel que vai desde discussões teóricas e metodológicas voltadas à sua compreensão a estudos empíricos que abordam os desafios ao enfrentamento de seus múltiplos efeitos, perpassando por temáticas como agendas de ação pública, adaptação climática e transição energética, dentre outras.

A entrevista que abre o dossiê foi realizada por Marcos Zucarelli (Fundação João Pinheiro-FJP) e Raquel Giffoni (Universidade Federal Fluminense-UFF) com Henri Acserald, professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) e bolsista de Produtividade em Pesquisa Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Reconhecido por suas contribuições à compreensão de questões atinentes a ecologia política e conflitos ambientais, Acserald é uma referência acadêmica na discussão acerca do entrelaçamento entre desigualdades e injustiças ambientais no país. A discussão feita versou sobre os movimentos do capital diante da crise climática, percorrendo temáticas como as relações de poder que se inscrevem na chamada “transição energética”; a noção de “modernização climatológica do capitalismo” que, em essência, traduz a produção de um consenso climático de recorte liberal, o qual abre novos espaços não só para a realização de lucro, mas também para a “autolegitimação ambiental das corporações” capitalistas; e o desafio de reverter as relações que fundamentam a “distribuição assimétrica dos bens e dos riscos ambientais”, a partir de alternativas de aprofundamento democrático, fortalecendo os direitos dos segmentos tradicionalmente mais vulneráveis da sociedade, ou seja, dos menos “representados nas esferas de poder”.

A entrevista seguinte foi realizada por Danilo Melo (Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC) e Waldir Lisboa Rocha (Centre d'étude des mouvements sociaux /CEMS-École des hautes études en sciences sociales/EHESS) com Francis

Chateauraynaud, diretor de estudos na EHESS de Paris, na França, fundador do Groupe de sociologie pragmatique et réflexive (GSPR) e membro do Centre de recherche médecine, sciences, santé, santé mentale, société (CERMES3). A entrevista apresenta e resgata a trajetória intelectual e as contribuições teóricas e metodológicas que o autor desenvolveu ao longo das últimas três décadas, principalmente aquelas relacionadas aos alertas, às crises e às catástrofes contemporâneas. Suas contribuições são inúmeras para reflexão e ação diante do colapso climático contemporâneo. Chateauraynaud é um nome central na renovação da sociologia francesa, tendo iniciado seus estudos na década de 1980, influenciado pela sociologia da crítica (Luc Boltanski) e pela sociologia do ator-rede (Michel Callon e Bruno Latour). Seus estudos consolidam uma sociologia autoral que versa sobre os alertas, as crises, a balística sociológica e a pragmática das transformações, criando um vasto e denso arcabouço conceitual de inspiração pragmatista que nos auxilia na análise das trajetórias e das controvérsias e na construção de cenários e futuros possíveis. Para além das suas contribuições teóricas, o autor é também pioneiro no desenvolvimento de ferramentas socioinformáticas. Em destaque, o *software* Prospéro, que combina linguística, estatística e inteligência artificial para realizar a análise de dossiês complexos de longa duração, especialmente em crises sanitárias, ambientais e tecnológicas. A entrevista, realizada especialmente para o dossiê, visa contribuir para difundir as ideias e a perspectiva de Chateauraynaud no Brasil, onde seus artigos são pouco traduzidos e seus livros são ainda inéditos, mas possuem contribuições incontornáveis para o debate das ciências sociais sobre a crise climática e ecológica que enfrentamos.

Na sequência das entrevistas, os autores convidados Danilo Melo (UDESC) e Maurício Serva (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC) apresentam o artigo *O estudo sobre reparação de desastres: reflexões e aprendizagens a partir da perspectiva pragmatista dos problemas públicos*. O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a reparação de desastres sob a lente da sociologia dos problemas públicos e da perspectiva pragmatista. O trabalho fundamenta-se em uma pesquisa de campo aprofundada, utilizando dados primários (entrevistas e visitas *in loco*, de agosto de 2019 a janeiro de 2020) e dados secundários (notícias, documentos e relatórios). O foco empírico é o crime-desastre da Samarco, com ênfase na região da Foz do Rio Doce. O artigo demonstra a potencialidade do pragmatismo para analisar as questões que permeiam os territórios em contexto de crise, destacando: (a) as tensões e os efeitos dos

instrumentos e dos dispositivos de reparação; (b) os distintos modos de coabitar o território após o evento; e (c) os novos alertas, narrativas e repertórios mobilizados pelos atores locais. Ao analisar a trajetória do desastre — marcada por bifurcações e momentos de prova — o estudo enfatiza a importância de considerar as vulnerabilidades, controvérsias e incertezas, defendendo a não dissociação entre passado, presente e futuro na compreensão da reparação.

Mariana Ferreira Bicalho (FJP) e Hugo Salomão França (Governos Locais para a Sustentabilidade-ICLEI) são responsáveis pela elaboração do artigo intitulado *Governança climática global: a liderança do Brasil na reconstrução do multilateralismo e da justiça climática*. Nele, a governança climática e a participação social são discutidas como variáveis centrais no enfrentamento da crise climática contemporânea e na estruturação de novas formas de promoção do desenvolvimento. O artigo destaca a realização da COP30 sob a presidência do país como uma oportunidade estratégica para reposicioná-lo como liderança climática no cenário internacional, elencando condições para que isso possa efetivamente se materializar.

Marina Alves (FJP) e Ana Carolina Guilhen discutem a petição brasileira pela *Decretação do Estado de Emergência Climática*, proposta pelo Manifesto Coletivo — grupo militante organizado em torno da promoção de pautas radicais relacionadas à justiça social e à sustentabilidade. Em artigo intitulado *A Declaração de Emergência Climática no Brasil e no mundo: uma abordagem crítica às saídas tecnocráticas e o apontamento do território como categoria fundamental para o enfrentamento da crise climática*, as autoras argumentam, na análise que fazem da petição do Manifesto Coletivo, que a emergência climática demanda respostas não convencionais e transformadoras, orientadas pelo decrescimento econômico envolvendo ações focadas no território capazes de articular, sob o protagonismo de comunidades locais, justiça climática e transição energética.

Em artigo intitulado *Revedo o papel de estados e outras autoridades intermediárias na mitigação da mudança climática*, Rogerio Schlegel (Universidade Federal de São Paulo -Unifesp) aborda possíveis atribuições de autoridades intermediárias — estados, províncias etc. — nas ações de enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas. Para o autor, o papel assumido por esses entes governamentais no arranjo climático contemporâneo tende a ser subexplorado, deixando de contribuir de forma mais efetiva para o enfrentamento do problema. Como fundamento empírico para seu argumento, o

autor utiliza a análise do caso brasileiro, em que promessas que visam definir metas estaduais de colaboração conforme a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país revelam baixa efetividade.

Marcos Zucarelli (FJP), Natália Castilho (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Priscilla Rumin (UFMG) tratam da temática da transição energética, explorando o caso da exploração do lítio na Região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Sob o título *O lítio na governança do clima: geopolítica empresarial, desregulação e efeitos derrame*, o artigo mostra que o modelo de transição energética que vem sendo adotado não implica ruptura mas apenas atualização do padrão exploratório de recursos naturais característico do neoextrativismo, argumentando, sob a perspectiva teórica da ecologia política e da justiça ambiental, a ocorrência dos chamados “efeitos derrames”, que se traduzem na reprodução de desigualdades ambientais articulada à formação de novas zonas de sacrifício.

A partir de convite, Helena Dolabela Pereira (UFMG) colabora com o dossiê por meio do artigo intitulado *Litigância climática e ativismo indígena: uma perspectiva a partir do caso brasileiro*, no qual destaca a importância de se desenvolver uma análise da questão que avance além de seus aspectos processuais. Nesse sentido, a autora considera que os movimentos sociais e as formas de resistência judicial funcionam como elementos conformadores de um debate mais aprofundado e, portanto, mais qualificado, sobre justiça climática, aplicável aos países que integram o chamado Sul Global.

O artigo intitulado *Plano Estadual de Ação Climática de Minas Gerais: estratégias, metodologia e lições para a formulação de políticas públicas climáticas* trata da elaboração, pelo governo mineiro, de uma estratégia de formulação e implementação de políticas públicas climáticas na esfera subnacional do federalismo brasileiro. Elaborado por Ana Paula Costa Ramos, Libério Junio Silva, Eduarda Barbosa Santos, Edwan Fernandes Fioravente e Renata Maria Araújo — servidores públicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD-MG) —, o artigo ecoa o argumento de Rogerio Schlegel (Unifesp) sobre o papel de autoridades intermediárias nas ações de enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, mostrando as limitações dos entes subnacionais em definir e implementar metas de controle de gases de efeito estufa e de adaptação climática capazes de contribuir de forma mais efetiva com as metas propostas na NDC pelo Brasil.

Bruna Martins Silva, Aline de Andrade Barbosa e José Gomes Ferreira, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), examinam o desafio posto aos municípios brasileiros no tocante a promover uma transição socioecológica que seja capaz de conciliar crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental. No artigo intitulado *Planos diretores e transição socioecológica: análise da integração dos ODS ao PDM de Campina Grande-PB*, cuja abordagem foca no instrumento do Plano Diretor municipal, os autores mostram que, a despeito de aprimoramentos mais recentes no documento, persistem lacunas na articulação entre o planejamento urbano e as políticas públicas setoriais no tocante a garantir o desenvolvimento sustentável local, parametrizado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Milena Belançon (Universidade Estadual de Maringá-UEM) e Ramon Ramos (Itaipu Parquetec) também abordam a questão da transição socioecológica na esfera local. Em artigo intitulado *Transição socioecológica e direito à cidade: uma análise do ‘Projeto Moradias’ como resposta integrada à crise climática*, examinam o reassentamento de 254 famílias que ocupavam uma área de risco a partir de um projeto de intervenção que avança além da construção de moradias, fundada no uso da tecnologia *woodframe*, recorrendo à participação democrática e à educação da comunidade como suportes a uma abordagem multissetorial capaz de promover um “ambiente urbano mais justo e inclusivo”.

Rosane Santiago, Camila Montevechi e Helena Grundig, do Instituto Nia Hub de Ciência, Tecnologia e Inovação Social, têm, como objeto de investigação, a agroecologia urbana e periurbana como estratégia de transição socioecológica. Elaboram, nesse sentido, o artigo intitulado *Transição socioecológica em territórios urbanos: o caso do Rolê Agroecológico em São Paulo*, em que mostram como uma política pública intersetorial, articulando estudantes, educadores e agricultores produz resultados com impactos expressivos, como “a ampliação da diversidade produtiva e a preparação das propriedades para receber vivências pedagógicas”, dentre outros. Em conclusão, as autoras argumentam que a referida política constitui “um laboratório vivo de transição ecológica”, ao posicionar a “produção local como espaço de aprendizagem, renda e sustentabilidade nos territórios urbanos e periurbanos”.

Igor Nicolini, Letícia Maria Schabbach e Marília Patta Ramos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), têm, como objeto de análise, a instalação de abrigos para

o atendimento a famílias afetadas por desastres climáticos, usando como referência as inundações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul. Em artigo intitulado *A mobilização de atores estatais e não estatais na instalação de abrigos em desastres climáticos*, argumentam que a mobilização de atores governamentais e não governamentais foi crucial à gestão de riscos de desastres e, especialmente, ao acolhimento das vítimas de inundação por meio de abrigos provisórios, destacando o protagonismo de entidades do terceiro setor no processo.

Giovanna Tereza Oliveira da Silva, Iasmin Oliveira Carneiro e Maria Gabriela Curubeto Godoy, da UFRGS, examinam o papel dos planos de contingência voltados à população em situação de rua (PSR), especialmente no contexto das emergências climáticas, tendo como referência empírica também o Rio Grande do Sul. Em artigo intitulado *Planos de contingência para a população em situação de rua frente às emergências climáticas: desafios, fragilidades e potencialidades*, as autoras apontam, como principais fragilidades da política pública, a desarticulação das ações setoriais englobando os três níveis de governo e as deficiências operacionais no tocante à sua implementação, ainda que atenuadas pela resiliência e capacidade de adaptação das equipes envolvidas no processo.

Renata Cristina Gomes Batista, Cláudia Aparecida Avelar Ferreira, Adriana Almeida do Carmo, Maraísa da Silva Soares Costa, Simone Costa Nunes e Armino dos Santos de Sousa Teodósio, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), dirigem a atenção para a análise da reutilização e reciclagem de produtos descartados pela população no Brasil, em artigo intitulado *A circularidade como norteadora para a sustentabilidade: uma questão social ou ambiental?* Os resultados do estudo apontam para um cenário caracterizado por problemas diversos, como fragilidades das políticas setoriais, desigualdades territoriais e limitações tanto na cobertura da coleta seletiva quanto no aproveitamento dos materiais recicláveis. A título conclusivo, tem-se a proposição de que a consolidação da economia circular no país passa pela “integração entre justiça ambiental, valorização do trabalho e governança inclusiva”.

No artigo *Governança pública e transição energética: a ausência do biometano no abastecimento do mercado catarinense de gás natural*, Leonardo Mosimann Estrella (Udesc) e Carolina Andion (Udesc) examinam criticamente a persistente ausência do biometano na matriz de suprimento da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), a concessionária pública estadual de distribuição de gás natural. No âmbito da crise climática e da urgência inerente à transição energética, o estudo investiga a dinâmica

organizacional da SCGÁS, desvendando como seus arranjos de governança, suas decisões de investimento e seus modelos operacionais têm moldado e, simultaneamente, limitado a diversificação da matriz energética estadual. Ancorado no pragmatismo e utilizando o estudo de caso qualitativo (baseado em análise documental, observação situada e comparação interempresarial), o artigo demonstra que a SCGÁS manteve uma trajetória de crescimento centrada no gás natural de origem fóssil, priorizando a expansão do mercado consumidor em detrimento da sustentabilidade do suprimento. Como conclusão, o artigo diagnostica que essa inércia institucional e o modelo de governança vigente atuam como barreiras estruturais significativas, freando a incorporação de fontes renováveis e, conseqüentemente, comprometendo a capacidade da SCGÁS de responder ativamente aos imperativos da mitigação das mudanças climáticas no setor de distribuição de gás.

Reunindo contribuições que abordam a emergência climática como a maior crise civilizatória do nosso tempo — com implicações profundas para as atuais e as futuras gerações —, esse dossiê oferece um panorama da pluralidade teórica, temática e metodológica do debate climático atual não apenas no Brasil, mas também no exterior. Mais do que um diagnóstico, o conjunto de artigos e entrevistas aqui apresentado sinaliza enfaticamente os desafios que se impõem ao poder público e à sociedade no esforço crucial de evitar que a catástrofe ambiental global se torne irreversível. As análises e as discussões realizadas catalisam o repertório de conhecimento necessário, atuando duplamente: servem de contraponto robusto ao negacionismo climático e fornecem subsídios vitais para a formulação e a implementação de políticas e ações efetivas, do âmbito local ao global, aptas a gerir a multiplicidade de conseqüências adversas do fenômeno. Espera-se que as reflexões apresentadas inspirem novas pesquisas e investigações e, principalmente, ações, reafirmando o compromisso desta Revista com uma produção científica que seja responsabilmente crítica, socialmente relevante e ecologicamente engajada.

Boa leitura!

Referências

- ANDION, Carolina. Social innovation, experimentalism, and public governance: an ethnographical approach to study public arenas in the city. **Brazilian Administration Review**, Maringá, v. 20, n. 2, e220124, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2023220124>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- ARMITAGE, Derek *et al.* Adaptive co-management for social-ecological complexity. **Frontiers in Ecology and the Environment**, Washington, v. 7, n. 2, p. 95-102, Mar. 2009.
- ARMITAGE, Derek; BERKES, Fikret; DOUBLEDAY, Nancy (ed.). **Adaptive co-management: collaboration, learning and multi-level governance**. Vancouver: UBC Press, 2007. Disponível em: <https://www.ubcpres.ca/asset/9067/1/9780774813839.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. **Linking social and ecological systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BULKELEY, Harriet. Cities and the governing of climate change. **Annual Review of Environment and Resources**, San Mateo, v. 35, n. 1, p. 229-253, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEWEY, John. **Expérience et nature**. Paris: Galimard, 2012. (Coleção Bibliothèque de philosophie).
- FOLKE, Carl; HAHN, Thomas; OLSSON, Per; NORBERG, Jon. Adaptive governance of socio-ecological systems. **Annual Review of Environmental Resource**, San Mateo, v. 30, p. 441-473, 2005.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- HOLLING, C. S.; BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. Science sustainability and resource management. *In*: BERKES, Fikret; FOLKE, Carl (ed.). **Linking social and ecological systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 342-362.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Synthesis Report Summary for Policymakers. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- STEELMAN, Toddi. Adaptive governance. *In*: ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob (ed.). **Theories of governance**. Cheltenham: Edgard Elgar Publishing, 2016.
- VAN NESTE, Sophie; MELE, Patrice; LARRUE, Corinne. **Transitions socioécologiques et milieux de vie: entre expérimentation, politisation et institutionnalisation**. Montreal: Presses de la Université de Montreal, 2024.